



O Conhecimento ao Serviço da Sociedade

O património cultural para uma sociedade consciente

Gilberto Coralejo Moiteiro*



Imaginemos uma sociedade incapaz de atribuir aos objetos do seu passado histórico um valor de memória, ou uma sociedade que, por uma razão consciente, apaga esses objetos. A primeira não possui consciência histórica; a segunda percebe a força simbólica destes vestígios do seu passado e, por isso, em determinadas circunstâncias, prefere esquecê-los, ignorá-los ou, até, destruí-los. É muito pouco provável que alguma vez o primeiro tipo de sociedade tenha existido. Já quanto ao segundo tipo, é mais que certo que todas as coletividades humanas, independentemente da sua cronologia, se poderão rever no modelo.

O debate contemporâneo em torno da des-

truição do património cultural por razões éticas lembra inúmeros factos históricos com o mesmo desfecho, motivados por conflitos internacionais, guerras civis, revoltas populares ou por golpes de Estado. Se atendermos aos próprios processos de patrimonialização, por via dos quais certos objetos, materiais ou imateriais, obtêm o reconhecimento público do seu valor cultural, devemos convir que esse reconhecimento depende de variadíssimos contextos sociais, políticos e administrativos radicados na defesa de outros tantos valores. Os critérios que em cada conjuntura são utilizados implicam certamente escolhas, que pressupõem sempre exclusões.

Se não é possível conservar tudo aquilo que herdámos do passado, cabe às dinâmicas sociais e ao modo como cada comunidade atua na cena pública a mobilização de esforços para ver protegidos os objetos que considera representativos do seu passado e, de certo modo, definidores de si. É certo que, se considerarmos historicamente os critérios de seleção utilizados,

estes se foram ampliando, fruto de um conceito de cultura cada vez mais englobante, menos elitista, capaz de acolher não só os bens com origem nos círculos do poder; mas também aqueles outros transmitidos em ambiente popular; a maioria das vezes, por via oral, e que teimam em persistir, apesar das sucessivas modernidades.

Estes objetos podem ser vistos como testemunhos através dos quais interrogamos e conhecemos o passado dos grupos humanos ou enquanto reflexos de nós mesmos, oportunas razões para questionarmos e refletirmos o tempo presente. O primeiro é o olhar historiográfico; o segundo, o formativo. Nas sociedades modernas, estes dois prismas tendem a convergir.

As sociedades mais avançadas investem significativamente na investigação, proteção e conservação do seu património, mas apostam claramente na sua transmissão social. Se atendermos ao seu exemplo, apostaremos nós também nas instituições patrimoniais, dotá-las-emos de

recursos materiais e humanos rejuvenescidos e qualificados, capazes de cumprir a sua missão social, de alargar e diversificar os seus públicos, de colaborar com outras entidades públicas e privadas e de criar ambientes de mediação cultural reflexiva acerca do presente por intermédio do passado.

O património cultural é condição do desenvolvimento sustentável. Se ignorarmos o seu papel, correremos atrás do prejuízo, pois jamais perceberemos que não há bem-estar, equilíbrio social ou democracia sólida sem sociedades conscientes, cultas e, por isso, cívicas. ◀

***Professor do Politécnico de Leiria
Escola Superior Turismo e Tecnologia
do Mar
Investigador da Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade
NOVA de Lisboa
Instituto de Estudos Medievais**

(artigo escrito com o actual acordo ortográfico)